



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. JOÃO CÓSER)

ASSUNTO:

Dispõe sobre a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FGTS quando de rescisão do contrato de trabalho com base em
Programa de Demissão Voluntária - PDV.

02/07/97 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE
DESPACHO: 1991.)

AO ARQUIVO

em _____ de _____ de 19____

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 3348 DE 1997

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.348, DE 1997
(DO SR. JOÃO CÓSER)



Dispõe sobre a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando de rescisão do contrato de trabalho com base em Programa de Demissão Voluntária - PDV.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 913/91

Em 02/07/97

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 3348 DE 1997.
(Do Sr. JOÃO CÓSER)

Dispõe sobre a liberação do FGTS quando de rescisão do contrato de trabalho com base em Programa de Demissão Incentivada - PDV.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS será automaticamente liberado, quando a rescisão do contrato de trabalho se processar através de programas que ensejam Pedido de Demissão Voluntária - PDV.

Art. 2º O saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a que fizer jus o trabalhador demitido será liberado mediante a informação de código especial que informe o caráter da rescisão contratual, ou por atestado, a ser fornecido pela empresa, da adesão do beneficiário ao programa, ou ato jurídico que instituiu o Pedido de Demissão Voluntária.

Art. 3º O disposto nesta lei aplica-se aos empregados do setor privado, servidores públicos e empregados públicos cujos contratos de trabalho foram rescindidos, conforme o disposto no art. 1º, a partir de janeiro de 1994.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Embora seja, aparentemente, uma decisão do trabalhador, não é ele, nestes casos quem deseja a saída, uma vez que ela é motivada por um incentivo do empregador que, livre da multa de 40% sobre o saldo do Fundo, se fosse responsável, sem motivo, pela rescisão do contrato de trabalho, institui tais programas. Assim, encontra-se nestes programas um alibi para negar este direito ao trabalhador. Sendo assim, nada mais justo que o trabalhador, aceitando aderir ao programa de demissão incentivada, tenha o saldo integral do seu FGTS liberado para saque.

SALA DAS SESSÕES, em de 1997.


DEPUTADO JOÃO COSER

02/07/97